

## NOTA DE PESQUISA

# A CIDADE E O RIO NA AMAZÔNIA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS FACE ÀS TRANSFORMAÇÕES SUB-REGIONAIS<sup>1</sup>

---

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior<sup>2</sup>*

### *Resumo*

A pesquisa busca compreender a relação cidade e rio na Amazônia, levando em conta mudanças e permanências referentes à dinâmica e à caracterização de cidades consideradas ribeirinhas em três contextos sub-regionais diferenciados (Sudeste do Pará, Oeste Paraense e Baixo Tocantins), no Estado do Pará (Amazônia oriental). A centralidade da discussão diz respeito às repercussões decorrentes da reestruturação do espaço amazônico nas últimas décadas e seus rebatimentos na forma de articulação da cidade com o rio, considerando vivências e fluxos que marcam a organização socioespacial de três cidades (Marabá, Santarém e Cametá) de nível intermediário na rede urbana regional. Pretendeu-se, a partir dessas três realidades urbanas, destacar o papel que a cidade ribeirinha amazônica assume em realidades que se inseriram de forma diferenciada nas políticas de ordenamento territorial das últimas décadas e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para as particularidades sub-regionais existentes que demarcam diferentes espacialidades e territorialidades, e que sugerem, igualmente, políticas públicas diferenciadas quando se considera a relação cidade-rio na Amazônia.

**Palavras-chave:** Cidade. Rio. Amazônia. Mudanças. Permanências.

- 
- 1 Esta nota de pesquisa é resultado de projeto de investigação de mesmo nome, sob nossa coordenação, e que recebeu apoio e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma entidade do governo brasileiro, voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico.
  - 2 Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutor em Geografia Humana e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: stclair@ufpa.br

## Resumé

Cette recherche cherche à comprendre la relation ville-fleuve en Amazonie, prenant en compte les changements et permanences liées à la dynamique et à la caractéristique des villes dites « ribeirinhas » dans trois contextes sous-régionaux différenciés (la région Sud-Est du Pará, l'Ouest paraense et le Bas Tocantins), dans l'Etat du Pará (Amazonie orientale). Le propos de cette étude se concentre sur les répercussions de la restructuration de l'espace amazonien au cours des dernières décennies et ses conséquences sur la façon dont la ville s'articule au fleuve. Seront notamment pris en considération les expériences et flux qui marquent l'organisation socio-spatiale de trois villes moyennes au sein du réseau urbain régional (Marabá, Santarém et Cameté). Il s'agit, à partir de ces trois réalités urbaines, d'une part, de souligner le rôle que la ville « ribeirinha » amazonienne joue par rapport à des réalités s'adaptant diversement, ces dernières décennies, aux politiques d'aménagement territorial, et d'autre part, d'attirer l'attention sur des particularités sous-régionales mettant en évidence différentes spatialités et territorialités, et par là même, des politiques publiques différenciées dans leur relation ville-fleuve en Amazonie.

**Mots-clés:** Ville. Fleuve. Amazonie. Changements. Permanences.

## INTRODUÇÃO

Como parte das preocupações de compreender a urbano diversidade existente no espaço amazônico, o presente projeto de pesquisa, que se encontra em sua fase final de execução, tem a preocupação de contribuir para a discussão sobre a pluralidade e a diversidade regional amazônica. A compreensão dessa diversidade tem sido reconhecida ou proposta a partir de alguns estudos, notadamente no que diz respeito à biodiversidade e à sociodiversidade existente.

No plano das espacialidades, apesar de se invocar a coexistência de diversas “amazônias” (PORTO-GONÇALVES, 2001), alguns estudos revelam uma tendência de se enfatizar a produção da desigualdade socioespacial como forma de reconhecimento possível dessa pluralidade regional. A diversidade urbana ou urbano diversidade, como aqui é chamada, é revelada não somente por diversos tipos de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem de um único processo de desenvolvimento desigual e combinado do capital, mas também por formas complexas de espaços urbanos que in-

dicam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em face de processos de diferentes naturezas, o que nos faz considerar a pluralidade de tempos e de espaços mencionada por Massey (2000), com base em elementos de ordem econômica, mas também em outros de natureza cultural.

É nesse sentido que a urbano diversidade aparece em nossa análise como sugestiva de um exercício de reflexão que leve à realização de investigações científicas e à construção de teorias que estejam preocupadas em compreender a diversidade do fenômeno urbano na Amazônia. Da mesma forma, a diversidade territorial e urbana, que considere a desigualdade e a diferença, parece se colocar como elemento que estimula ações, no âmbito das políticas territoriais e urbanas, no sentido de superar a simples obrigatoriedade do ato de planejar, com base em documentos legais, para se tornar efetivamente um conjunto de ações de gestão pautadas em diagnósticos e diretrizes que sejam permeáveis a essa realidade socioespacial plural e diversa.

## DOS PROPÓSITOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para a execução da pesquisa, traçou-se como objetivo analisar a relação cidade e rio na Amazônia e a dimensão ribeirinha de cidades de nível intermediário<sup>3</sup> na rede urbana em realidades sub-regionais diferentemente afetadas pelas políticas recentes de desenvolvimento regional.

---

3 De maneira um pouco diferente de Andrade e Lodder (1979), que consideram similares as denominações centros intermediários, cidades médias, cidades de porte médio, centros urbanos médios, cidades de posição intermediária na hierarquia urbana brasileira e cidades de extrato médio, considera-se, acompanhando o raciocínio de Sposito (2001), cidade de porte médio como aquela que possui um determinado patamar populacional, delimitado aqui, a partir da proposição de Santos (1993) entre 100 mil e 500 mil habitantes; e cidades médias aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas que são capazes de polarizar um número significativo de centros menores e articular relações de toda ordem como anteparo e suporte às metrópoles regionais, não compondo junto com estas uma unidade funcional contínua e/ou contígua. Por outro lado, as cidades intermediárias são aquelas que se colocam num intervalo da hierarquia urbana entre as principais cidades regionais e as cidades locais, podendo ou não assumir importância regional. Assim considerando, toda cidade média é uma cidade intermediária, mas nem toda cidade intermediária pode ser considerada cidade média. Ademais, existem centros urbanos de porte médio que não são necessariamente cidades médias, a exemplo do que acontece com as cidades de mais de 100 mil habitantes que compõem regiões metropolitanas. Há, ainda, cidades que, mesmo não atingindo o porte médio, assumem o papel de centros urbanos sub-regionais, alçando-se, portanto, à condição de cidade média.

De forma mais específica, a pesquisa se propôs:

a) reconhecer a diferenciação sub-regional das políticas territoriais e de desenvolvimento voltadas para a Amazônia e analisar suas repercussões na formação e na caracterização atual dos espaços de orla fluvial das cidades de Marabá, Santarém e Cametá;

b) identificar agentes, usos e processos socioespaciais presentes nas orlas fluviais de Marabá, Santarém e Cametá e a forma como estes articulam a interação da cidade com o rio;

c) reconhecer mudanças e permanências da dimensão ribeirinha dessas cidades em face de fluxos econômicos estabelecidos no contexto regional e às vivências cotidianas relacionadas ao rio nas suas dimensões econômica e cultural;

d) analisar as políticas de renovação urbana e de ordenamento socioespacial nas faixas de orla dessas cidades, relacionando-as às particularidades sub-regionais e à importância conferida às especificidades locais da interação cidade-rio.

Tendo em vista esses propósitos, do ponto de vista empírico, o procedimento metodológico considerou três cidades paraenses assumidas como de nível intermediário na rede urbana regional: Marabá, Santarém e Cametá, no Estado do Pará. Foram levadas em conta mudanças e permanências, referentes à dinâmica e à caracterização dessas três cidades, consideradas originalmente ribeirinhas no âmbito da Amazônia oriental. Com base nos levantamentos de campo, foram sistematizados elementos das particularidades socioespaciais das três sub-regiões nas quais as mesmas cidades se inserem e que demarcam espacialidades e territorialidades diversas em nível intraurbano.

A dificuldade em dar conta dessas cidades na sua totalidade, nos fez optar por trabalhar com uma fração do espaço intraurbano destas, as orlas fluviais que, na linguagem regional, são facilmente identificadas como “beiras” ou “frentes das cidades”. Tratam-se de espaços que condensam relações e objetos socioespaciais/geográficos e que, considerados em conjunto, traduzem, na atualidade, uma síntese dos tempos que presidiram a produção do espaço regional. São, dessa maneira, tidos como espaços representativos das cidades ribeirinhas e definidos como espaços de contato imediato da cidade com o rio e, por esse motivo, singulares para os propósitos da pesquisa aqui considerados.

Nesse sentido delimitou-se empiricamente o objeto de estudo a partir desse recorte espacial intraurbano, tendo como base as seguintes questões que deram sentido a problemática de pesquisa:

a) quais têm sido as expressões do modo de vida ribeirinho em cidades de nível intermediário na rede urbana regional?

b) que mudanças e permanências as cidades ribeirinhas revelam em face do processo de urbanização recente da Amazônia?

c) que elementos socioespaciais são sugeridos por cidades ribeirinhas diferentemente impactadas pelas políticas de desenvolvimento regional no sentido de pensar políticas urbanas voltadas para as particularidades sub-regionais?

d) a abertura de “janelas para o rio”, bem como outros projetos e práticas de renovação urbana de mesma natureza têm, de fato, contribuído para a permanência da dimensão ribeirinha dessas cidades?

A dialética entre o que muda e o que permanece nos permitiram reconhecer as cidades estudadas como sendo eminentemente dinâmicas. Daí a importância de considerar o processo histórico vivenciado por estas em uma perspectiva de análise de natureza regressivo-progressiva e histórico-genética (MARTINS, 1996).

Essa perspectiva metodológica, assentada em um movimento dialético de reflexão sobre a realidade estudada, reconhece, com base na contribuição lefebvriana e segundo a sistematização de Martins (1996), uma dupla complexidade da realidade social: a horizontal e a vertical. Esta complexidade recupera temporalidades desencontradas e coexistentes na realidade social por meio de três momentos.

A complexidade horizontal é reconhecida, no primeiro momento, por meio da descrição do visível, mas através de um olhar teoricamente informado, da diversidade das relações sociais. A complexidade vertical, por sua vez, refere-se ao segundo momento, o analítico-regressivo, por meio do qual se mergulha na complexidade vertical da vida social, datando-a. O terceiro momento, o histórico-genético, é reservado ao encontro do passado com o presente, elucidando, igualmente, as possibilidades do devir. Nesse tipo de percurso metodológico, mediado pela contradição, os desencontros são, ao mesmo tempo, desencontros de tempo, mas também a gestação de virtualidades e possibilidades (MARTINS, 1996). Essas duas dimensões foram tratadas nos espaços de orlas fluviais das três cidades investigadas.

## DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA ANÁLISE

Conceitualmente, a pesquisa partiu da diferenciação estabelecida entre as noções de cidade “beira-rio” e de “cidade ribeirinha”. Isso se fez necessário, uma vez que é recorrente um tipo de discurso que propaga o “resgate” da ci-

dade ribeirinha por meio de políticas e intervenções urbanas, notadamente nos espaços de orlas fluviais das cidades amazônicas. Tal discurso, entretanto, refere-se principalmente à difusão de atributos de cidades que não ultrapassam a condição de cidades beira-rio, com forte apelo à paisagem e às formas espaciais, e não necessariamente aos elementos que identificam a interação cidade-rio, do ponto de vista da economia, das atividades lúdicas, da circulação e de sua dimensão simbólico-cultural.

Para além dos atributos de localização geográfica, que definem uma cidade como beira-rio, há outros, de natureza relacional, e, portanto, de conteúdo socioespacial, que a definem como verdadeiramente ribeirinha. Estas, para além da localização, também trazem consigo um conteúdo de fortes e múltiplas interações de sua população residente com o elemento hídrico que lhe está próximo. Nesse sentido, toda cidade ribeirinha é uma cidade beira-rio, mas nem toda cidade beira-rio é, necessariamente, ribeirinha. Essa abordagem define a perspectiva teórica que considera o espaço geográfico como sendo relativo e relacional (HARVEY, 1980) e multidimensional (concebido, percebido e vivido) (LEFEBVRE, 1974a).

O conceito de espaço relacional e relativo, segundo Harvey (1980), pressupõe, a compreensão do espaço como elemento que contém e está contido num conjunto de relações sociais (espaço relacional) e que só pode ser entendido a partir da interação que estabelece com os demais espaços (espaço relativo). São noções que se contrapõem àquela de espaço absoluto, que prioriza a geometria espacial e a localização absoluta.

Por outro lado, assenta-se também em uma interpretação lefebvriana (1974a) de espaço, onde a prática espacial, a representação do espaço e o espaço da representação conferem um caráter multidimensional ao espaço socialmente produzido. A prática espacial é a dimensão do percebido e corresponde à materialização física das formas espaciais construídas, pressupondo uma reunião de usos e de funcionalidades distintas. A representação do espaço é o concebido, representações mentais do espaço ligadas principalmente ao saber disciplinar, ao planejamento urbano, às políticas urbanas e ao poder. Ademais, expressa símbolos e imagens que definem a vida pragmática, como aquela concebida pelos planejadores, urbanistas e tecnocratas. O espaço da representação é o espaço vivido, que relaciona as diversas práticas cotidianas dos sujeitos, repletas de significados e que contêm a dimensão do “irracional”, das emoções, do subterrâneo, das obras e dos símbolos, recobertos de códigos, linguagens, resíduos e resistências sociais.

Em decorrência dessa multidimensionalidade do espaço, pode-se falar de “laços”, para reconhecer espaços de fortes vivências e identidades ribeirinhas,

e de “nós”, para reconhecer aquelas outras realidades geográficas, cujo reino dos fluxos, da circulação rápida e da estandardização das paisagens têm substituído o reino dos lugares; estes que são marcados por relações mais orgânicas entre os homens entre si e destes com a natureza e que identificam a interação cidade-rio na sua complexidade e riqueza.

#### DA COMPREENSÃO DA RELAÇÃO CIDADE-RIO NA AMAZÔNIA

Uma diferenciação a ser feita em relação às cidades da Amazônia refere-se ao tempo de inserção destas na estrutura regional. Esse critério define dois perfis de cidades. Um primeiro diz respeito às cidades recentes, que costumam ser associadas ao modelo “rodovia, terra-firme e subsolo” (PORTO-GONÇALVES, 2001). Dizem respeito ao esquema de ocupação regional pós-1960, ligado a implantação de rodovias; frentes de expansão econômica, como: a mineral; modelos espontâneos ou dirigidos de assentamentos privados ou estatais etc. São exemplos desse tipo de cidades aquelas surgidas das agrovilas ou fruto de um processo de ocupação mais espontâneo e que está associado ao não acesso à terra e à exclusão social de uma mão de obra móvel e polivalente (BECKER, 1990) e/ou aos novos padrões de ocupação do espaço regional orientado por um vetor tecnoecológico (BECKER, 1996; 1997).

Outro perfil de cidade é definido pelo modelo chamado de “rio-várzea-floresta” (GONÇALVES, 2001) de ocupação do espaço regional, anterior à década de 1960. Diferentemente das áreas sujeitas diretamente às repercussões dos projetos econômicos instalados recentemente, tais cidades, definidas por este último modelo e ainda presentes na estrutura urbana regional, não se caracterizam, a exemplo dos demais núcleos urbanos surgidos com a expansão recente da fronteira econômica, como sendo espaços de apoio à mão de obra móvel e polivalente; o que nos faz sugerir que nem todas as cidades se inserem da mesma maneira nessa nova dinâmica regional.

Em algumas delas, ainda fortemente ligadas a dinâmicas econômicas herdadas do passado e as vias fluviais, o rural e o urbano se confundem, mostrando a intensa articulação da cidade com uma temporalidade ainda não totalmente assimilada pelas novas atividades e modos de vida implantados mais recentemente; ou, quando estes se mostram fortemente difundidos, criam impactos e resistências, que tendem a expressar múltiplas temporalidades e espacialidades conviventes e conflitantes, conferindo um caráter híbrido ao espaço.

Considerando as três cidades estudadas (Marabá, Santarém e Cametá) como sendo de gênese ribeirinha, a análise buscou compreender inicialmente elementos de suas dinâmicas intraurbanas situando-as em suas respectivas sub-regiões, de forma a estabelecer a relação com dinâmicas socioespaciais diferenciadas presentes no Estado do Pará.

O Sudeste do Pará, onde se situa Marabá, tende a acompanhar um processo mais intenso e mais consolidado de integração ao restante do território brasileiro; diferente, por exemplo, do Oeste Paraense, onde se situa Santarém, e onde esse processo é menos intenso e se intensificou em período mais recente. Neste último caso, a circulação fluvial e a rodoviária tendem ainda a se combinar e a se complementar. Mais diferente ainda é a sub-região do Baixo Tocantins, onde se localiza Cametá, que, não obstante a presença de rodovias, o rio se mostra ainda como elemento importante se compararmos as duas sub-regiões anteriormente mencionadas e onde o processo de expansão de frentes econômicas é menos presente.

A análise das três cidades consideradas em contextos sub-regionais particularizados revela as repercussões diferenciadas dos processos recentes que deram sentido ao atual ordenamento espacial regional, assim como indica especificidades que possam estimular proposições de políticas de desenvolvimento regional e urbano mais próximo dessas mesmas realidades.

Assim, a contribuição da análise, que traz um enfoque sob a perspectiva da geografia humana, assentou-se nas repercussões decorrentes da reestruturação mais recente do espaço amazônico e seus rebatimentos na forma de articulação dessas cidades com o rio, considerando aquilo que denominamos de “espaços de vivências ribeirinhas” – conforme foram denominados os espaços das orlas fluviais dessas cidades, onde a interação de agentes e grupos locais com o rio é mais intensa e multidimensional – e de fluxos que marcam a organização intraurbana atual.

Do ponto de vista das permanências, foi importante levar em conta a existência das cidades ribeirinhas e/ou de fragmentos dessas cidades, como parte de realidades urbanas mais complexas, remetendo-nos à ideia de resíduo espacial (LEFEBVRE, 1974b; MARTINS, 1996), ou mesmo de rugosidades socioespaciais<sup>4</sup> (SANTOS, 1986), presentes em determinados fragmentos dos espaços intraurbanos.

---

4 Formas espaciais herdadas do passado e presentes na paisagem do presente, mesmo tendo desaparecidos os processos e estruturas que lhes deram origem (SANTOS, 1986).

O residual aqui tratado não tem nada de anacrônico ou de linear do ponto de vista histórico. Ao utilizar essa noção, nossa preocupação foi a de compreender as mudanças e permanências a partir de um dado fenômeno analisado – no caso em estudo, do fenômeno urbano –, e o sentido dessas mudanças e permanências, de forma a pensarmos em formas de gestão urbana a partir de suas especificidades, sem que estejam necessariamente pautadas em modelos pré-concebidos de desenvolvimento urbano, mas que possam, por outro lado, ser vistas como componentes de uma ordem (ou de uma contraordem), próxima ou distante (MARTINS, 1996), e de uma racionalidade (ou contrarracionalidade) que não é, necessariamente, a hegemônica.

A existência de “espaços de vivência ribeirinha” mostrou-se muito mais presente, como era de se esperar, em realidades nas quais as frentes de expansão econômica recentes tiveram pouca inserção. Tratam-se de espaços em que as relações mais modernas e de reprodução efetiva de processos capitalistas pós-1960 não demarcaram, de forma profunda, novas espacialidades e novas territorialidades, confirmando a hipótese inicialmente levantada para efeitos de análise. Naquelas sub-regiões, pouco afetadas pelo novo padrão de organização do espaço regional, foi possível constatar, portanto, que há ainda uma forte presença da cidade ribeirinha, seja em relação à sua forma, seja em relação ao seu conteúdo socioespacial, não obstante a natureza híbrida, fluvio-rodoviária, que tem marcado a produção social do espaço nesse perfil de cidade.

No Baixo Tocantins, por exemplo, não obstante a presença de impactos de grandes projetos e de rodovias, o rio e as permanências de práticas socioespaciais ligadas a ele se mostram ainda relevantes, se a compararmos às duas outras sub-regiões também estudadas na pesquisa. Na cidade de Cametá, representativa dessa realidade sub-regional de fortes permanências, foram cartografados e caracterizados quatro espaços que definem marcadamente as espacialidades e as territorialidades da vida urbana ribeirinha.

Os “resíduos” não estão, todavia, confinados a esses espaços tidos como “tradicionais”. Mesmo em realidades intensamente transformadas pela fronteira econômica ou pela modernização da economia e do território, como no caso de Marabá, foram identificados fragmentos da cidade ribeirinha. Na orla fluvial dessa cidade, nove “espaços de vivência ribeirinha” foram cartografados e caracterizados; sendo estes conviventes com outras formas de reprodução social e econômica que marcam a dinâmica urbana daquela cidade. Isso porque o Sudeste do Pará, onde se situa Marabá, tende a acompanhar um processo mais

intenso e mais consolidado de integração ao restante do território brasileiro, apresentando, por isso, forte reestruturação sub-regional.

Essa realidade é diferente, por exemplo, do Baixo Amazonas, onde se situa Santarém, sub-região esta, na qual os processos de mudança foram menos intensos no passado recente e que só agora vêm se expandindo. Nesse caso, a circulação fluvial e a rodoviária tendem ainda a se combinar e a se complementar, não anulando em definitivo os “espaços de vivências ribeirinhas” existentes. Para essa realidade urbana, mesmo tendo sido cartografado e caracterizado um total de sete espaços, onde a relação cidade e rio ainda é muito forte, há uma tensão relativamente marcante entre as mudanças e as permanências.

Importante é destacar a forma como as mudanças e as permanências se revelam nas paisagens e na configuração espacial dessas três cidades. No caso de Marabá, as mudanças se fazem mais presentes, razão pela qual os “espaços de vivências (e de resistências) ribeirinhas” se apresentam de maneira puntiforme; ao passo que em cidades como Cametá, onde as transformações regionais são menos marcantes, aquele tipo de espaço se manifesta de forma mais zonal ou em manchas, ao longo da orla fluvial. E em cidades situadas em sub-regiões onde as coexistências são mais presentes, como é o caso de Santarém, os “espaços de vivências e de resistência ribeirinhos” se manifestam tanto de uma quanto de outra forma, revelando certa tensão entre o que muda e o que permanece.

Os levantamentos e reflexões realizados nesse momento da pesquisa, além de sinalizarem para o fato de que a configuração espacial, do ponto de vista das permanências da relação cidade-rio, não estabelece uma relação mecânica e proporcional com o tamanho da cidade, nos permitiram concluir que, em que pese o maior número de espaços de vivências ribeirinhas existentes em Marabá, não é nele onde a vida ribeirinha está mais presente, mas sim em Cametá. Nesta, tais espaços são em menor número e a configuração espacial assumida é muito mais zonal ou em manchas, e, por essa razão, sendo mais extensa do ponto de vista territorial e menos residual do ponto de vista das relações, diferentemente do que acontece nas outras duas cidades.

Nesse sentido, a multiplicidade dos fragmentos espaciais revela, igualmente, as flagrantes tensões entre as novas temporalidades impostas e aquelas outras que resistem a despeito dos grandes impactos e da modernização do território e das transformações sub-regionais, sugerindo conflitos e estratégias diferenciadas dos agentes no interior das esferas de tomada de decisão e que se voltam para a produção social do espaço urbano.

Levando em conta essa preocupação, do ponto de vista empírico, a pesquisa levantou ainda os projetos e ações relacionados às intervenções urbanas dirigidas especificamente para as orlas fluviais das cidades investigadas. Reconheceu-se, com base nesse levantamento, três tipos de orlas fluviais: as “orlas enraizadas”, as “orlas fluidas” e as “orlas padronizadas/standardizadas”<sup>5</sup>, tendo-se como parâmetro a maior ou menor presença dos “espaços de vivências ribeirinhas”.

Nesse aspecto, considera-se também não haver uma relação mecânica entre os perfis de intervenção urbana e de orlas fluviais aqui mencionados e o que acontece com a dinâmica sub-regional, onde se situam as cidades estudadas. Uma mesma orla fluvial pode apresentar os três perfis anteriormente mencionados, apesar de ter sido constatada a maior ou menor presença de um desses três perfis em cada uma delas. Assim, “orlas fluviais enraizadas” podem conviver, em um mesmo espaço urbano, com “orlas fluviais fluidas” e “orlas fluviais standardizadas”. Isso acontece porque o espaço resulta de uma acumulação de tempos distintos que se refletem, superpõem-se e justapõem-se nas paisagens, apontando para relações socioeconômicas de ordens diversas; algumas de natureza mais vertical, que conectam o local ao global, e outras de natureza mais horizontal, de maior interação com o entorno.

Esta é a razão pela qual se impõe, a partir de uma nova proposta de pesquisa, e complementar à anterior, a necessidade de analisar melhor tais relações originadas em escalas geográficas diferenciadas e seus rebatimentos nos espaços intraurbanos amazônicos. Pretende-se considerar, para esse intento, não apenas a interação cidade-rio, mas, de uma forma mais ampla, a cidade e o seu entorno imediato, fortemente marcado pela presença/ausência da floresta e das múltiplas relações, materiais e simbólicas, que a definem como espaço socialmente produzido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade espacial, de “espaços luminosos” e “espaços opacos”, e que externalizam “tempos lentos” e “tempos rápidos” (SANTOS, 1994), diz respeito à própria natureza da sociedade moderna, que se materializa geograficamente, expressando a complexidade de processos socioeconômicos diversos conflitantes e conviventes.

---

5 Ainda que utilizadas sob uma perspectiva metodológica bem diferenciada, tais terminologias foram parcialmente inspiradas em Frémont (1976), que as utiliza para discutir os vínculos de pertencimento em nível regional.

Importante é ressaltar, entretanto, que as mudanças mais recentes observadas no atual arranjo espacial das orlas fluviais das cidades referenciadas encontram ainda resistências para a sua efetivação. Isso ocorre, sobretudo, pela permanência dos usos já estabelecidos, o que constitui uma forma de contradição entre o espaço que se concebe e o espaço que demarca vivências cotidianas (LEFEBVRE, 1974a).

Esta parecer ser uma questão que revela, ao mesmo tempo, um potencial para pensar as cidades amazônicas, considerando suas particularidades, como também um desafio para as políticas urbanas. Estas tendem a reproduzir, na escala local, representações do espaço que se originam em outras escalas geográficas e que se distanciam de questões e demandas consideradas regionais e locais.

Os espaços de vivências ribeirinhas, por seu turno, parecem reafirmar outra racionalidade, em forma de resistências; e que passam a exigir um novo pensar e uma nova concepção de cidade, seja do ponto de vista de sua estética, ou seja, de sua “morfologia espacial”, seja do ponto de vista de suas relações, portanto, de sua “morfologia social” (LEFEBVRE, 1974b).

#### REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. A.; LODDER, C. A. *Sistema urbano e cidades médias*. Rio de Janeiro: IPEA, 1979. (Coleção Relatórios de Pesquisa).
- BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).
- \_\_\_\_\_. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecnoecológico, in: CASTRO, Iná Elias de et al (org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 223-44.
- \_\_\_\_\_. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica, in: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 421-44.
- FRÉMONT, A. *La région, espace vécu*. Paris: PUF, 1976.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974a.
- \_\_\_\_\_. *Le droit à la ville suivi de espace et politique*. Paris: Anthropos, 1974b.
- MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre, in: MARTINS, J. S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.

- MASSEY, D. Um sentido global de lugar, *in*: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. (Col. Geografia: Teoria e Realidade, 25).
- SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos, *in*: \_\_\_\_\_. (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 609-643.
- TRINDADE JR., S-C. Diferenciação territorial e urbano diversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Cidades*, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v. 8, n. 12, não publicado, jan./jun., 2010.

